

# IRS

2020

## IRS AUTOMÁTICO MODELO 3

PRAZO DE 1 ABRIL A 30 JUNHO



### IRS Automático

Confirme aqui a sua declaração automática de IRS



### Entregar Declaração

Entregue aqui a sua declaração de IRS.



AT  
autoridade  
tributária e aduaneira



## ALERTAS

Para que a sua declaração de IRS seja corretamente pré-preenchida é necessário que nos [prazos indicados](#) efetue o seguinte no Portal das Finanças:

1. Comunique o agregado familiar até 15 de fevereiro\*, caso tenha havido alteração do agregado familiar (por exemplo nascimento de um filho) ou sempre que tenha dependentes em “guarda conjunta”;
2. Confirme as faturas até 25 de fevereiro;
3. Consulte as despesas dedutíveis em IRS a partir de 15 de março;
4. Reclame as faturas/ despesas respeitantes às despesas gerais familiares e/ou à dedução do IVA pela exigência de fatura até 31 de março;
5. Comunique os contratos para habitação permanente de longa duração (contratos com duração igual ou superior a 2 anos), se é o senhorio, e que tenham tido início ou renovações a partir de 2019, bem como comunique as respetivas cessações do contrato até 15 de fevereiro\*;
6. Comunique os membros do agregado familiar que frequentem estabelecimentos de ensino que se situem em regiões do Interior do País ou nas Regiões Autónomas bem como as respetivas despesas de formação ou educação até 15 de fevereiro\*;
7. Comunique a transferência da residência permanente para um território do interior do País quando daí resulte arrendamento de habitação permanente, bem como as faturas ou recibos relativos a esse arrendamento até 15 de fevereiro\*.

\* Prazo de 15 de fevereiro prorrogado para dia 19 de fevereiro, por [Despacho do SEAAF n.º 43/2021-XXII, de 15 de fevereiro](#).

2 | 16

Antes de confirmar o IRS automático ou entregar a declaração modelo 3, tenha em atenção as seguintes situações:

1. Se não está abrangido pela declaração automática de rendimentos ou se esta declaração disponibilizada pela AT não está conforme a sua situação tributária, deve preencher e entregar a declaração modelo 3, caso não esteja dispensado desta obrigação;
2. Se é casado ou unido de facto a tributação é separada, regra geral, pelo que cada um dos cônjuges ou unidos de facto entrega uma declaração de rendimentos, na qual inscreve os rendimentos de que é titular e 50% dos rendimentos auferidos pelos dependentes que fazem parte do agregado familiar;
3. No entanto, pode optar pela tributação conjunta, cuja opção deve ser feita por ambos os cônjuges ou unidos de facto na declaração de rendimentos. Na tributação conjunta, é apresentada uma única declaração de IRS contendo a totalidade dos rendimentos obtidos por todos os membros que integram o agregado familiar.

A opção pela tributação conjunta é válida apenas para o ano em questão.

## CONFIRME O IRS AUTOMÁTICO

1. Se está abrangido pelo IRS automático verifique se a declaração automática de rendimentos provisória está em conformidade com a respetiva situação pessoal e tributária, contendo todos os rendimentos e deduções de todos os elementos do agregado familiar para o ano em causa.
2. Em caso de conformidade, confirme esta declaração automática de rendimentos.
3. Para verificar e confirmar a declaração automática de rendimentos provisória deve:
  - Ter na sua posse a(s) senha(s) de acesso ao portal das finanças válida(s);
  - Reunir todos os documentos e elementos relevantes;
  - Aceder ao site <https://irs.portaldasfinancas.gov.pt/>;
  - Autenticar-se com o NIF e respetiva senha pessoal de acesso;
  - Selecionar IRS Automático (se não estiver abrangido aparece no ecrã informação de que deve entregar a declaração modelo 3);
  - Selecionar, no caso de contribuintes casados ou de unidos de facto, o regime de tributação pretendido: tributação separada ou tributação conjunta, sendo que nesta última opção devem ambos autenticar-se;
  - Verificar se os dados pessoais, rendimentos, retenções na fonte, contribuições para a segurança social, quotizações sociais, despesas e outra informação relevante do agregado familiar que constem da declaração automática de rendimentos provisória correspondem à concreta situação tributária em 31.12.2020;
  - Selecionar a declaração, ou as declarações se são casados ou unidos de facto e ambos se autenticaram e pretendam o regime da tributação separada;
  - Visualizar o resultado da pré-liquidação do IRS e, se pretender, consignar o seu IRS ou o IVA da fatura que for dedutível no seu IRS, ou ambos;
  - Consultar a declaração de rendimentos provisória e a Demonstração da pré-liquidação;
  - Aceitar a respetiva declaração provisória;
  - Verificar e Confirmar ou Corrigir o IBAN (código de identificação bancária);
  - E, só após ter verificado que a declaração automática de rendimentos provisória corresponde aos rendimentos e a outros elementos relevantes da respetiva situação tributária, deve:
    - Assinalar: “Li e entendi as condições”;
    - Confirmar a declaração automática de rendimentos - IRS automático, a qual se converte, automaticamente, em declaração entregue;
    - Imprimir a Confirmação do registo do seu IRS automático (facultativo).

Para informação mais detalhada, consulte as [FAQ sobre IRS automático](#) no portal das finanças.

## ENTREGUE A DECLARAÇÃO MODELO 3 DO IRS

Se não está abrangido pelo IRS automático entregue a sua declaração modelo 3 através da internet. Para o efeito, deve:

- Ter na sua posse a(s) senha(s) de acesso ao portal das finanças válida(s);
- Reunir todos os documentos ou elementos relevantes;
- Aceder ao site <https://irs.portaldasfinancas.gov.pt/>;
- Autenticar-se com o NIF e a senha de acesso;
- Selecionar [Entregar Declaração > IRS > Preencher](#);
- Obter uma declaração pré-preenchida, verificar se todos os dados estão corretos e corrigi-los, se for caso disso;
- Selecionar os anexos da Modelo 3 necessários conforme o tipo de rendimentos e preencher os respetivos campos que não estejam pré-preenchidos;
- Utilizar o botão “Validar” para verificação se a declaração tem erros de coerência na própria declaração (por exemplo, faltar preencher algum campo ou informação em campos diferentes que é contraditória) e corrigi-los;
- Utilizar o botão “Simular” para obter o cálculo provisório do imposto apurado (a receber: reembolso; a pagar: nota de cobrança; ou nulo). Esta simulação inclui também a discriminação das deduções à coleta do agregado familiar identificado na declaração que está a entregar. Alerta-se, no entanto, que esta simulação embora contemple quase todas as situações tributárias possíveis, existem situações que a simulação não contempla.
- Guardar, se pretender, a declaração preenchida em “Gravar”. Tenha em atenção que com esta ação não está ainda a entregar a sua declaração;
- Submeter a declaração utilizando o botão “Entregar”;
- Tomar conhecimento dos alertas, caso existam, sinalizando no campo adequado de que tomou esse conhecimento. Muito importante, estes “Alertas” não são impeditivos para submeter a declaração, mas apenas indicam ao contribuinte uma informação;
- Consultar a situação da declaração na opção “Consultar Declaração”, logo que receba uma mensagem de correio eletrónico da AT informando que a declaração se encontra validada e “certa”. Esta validação já não é da coerência dos dados declarados, na declaração (validação na submissão da declaração) mas sim de coerência com dados que constam na base de dados central da AT. Caso nesta validação a declaração fique em “erro central”, o contribuinte deve corrigir a declaração;
- Corrigir a declaração na opção “Corrigir”, caso a mesma contenha erros centrais. O prazo para corrigir estes erros é de 30 dias. Caso não corrija no prazo indicado, a declaração é considerada sem efeito.

### COMO OBTER O COMPROVATIVO LEGAL DE ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE IRS?

O comprovativo de entrega das declarações de IRS, através da internet, pode ser obtido no portal das finanças em [Cidadãos > Serviços > IRS > Obter Comprovativos](#).

O documento em causa fica disponível logo que a declaração submetida seja considerada certa, após validação central, facto de que a AT o informa por mensagem de correio eletrónico.

## COMO RESOLVER DIVERGÊNCIAS DETETADAS APÓS A SUBMISSÃO DA DECLARAÇÃO DE IRS?

Em momento de liquidação da declaração, podem ser detetadas divergências entre os montantes declarados pelo contribuinte e a informação que conste na base de dados da AT, quer do próprio contribuinte quer prestada por outras entidades (por exemplo, entidade empregadora). Nestas situações, segue-se um procedimento de análise da(s) Divergência(s).

Neste caso, consulte as divergências no portal das finanças, em [Cidadãos > Serviços Processos Tributários e Aduaneiros > Divergências](#), autenticando-se com a respetiva senha de acesso.

Se verificar que os valores que declarou estão incorretos, pode regularizar de imediato a situação entregando uma declaração de substituição.

Caso pretenda justificar as divergências pode fazê-lo através da internet, no mesmo endereço eletrónico. Pode, para o efeito, anexar ficheiros.

## COMO OBTER CERTIDÃO DAS LIQUIDAÇÕES DO IRS?

Para obter certidão da liquidação do IRS pela internet deve, no portal das finanças, mediante autenticação com a sua senha de acesso, selecionar: [Cidadãos > Serviços > Documentos > Certidões > Pedir Certidão](#).


Depois de indicar o ano, a certidão é gerada e pode ser impressa ou guardada no seu equipamento informático.

A certidão emitida por via eletrónica contém, no canto inferior esquerdo, uma caixa denominada “Elementos para validação da certidão”. A entidade destinatária da mesma pode efetuar a comprovação da sua autenticidade, no mesmo endereço, selecionando a opção [Cidadãos > Serviços > Documentos > Validação de Documentos](#) e inserindo aqueles elementos, sem necessidade de autenticação.



## RENDIMENTOS E DEDUÇÕES ESPECÍFICAS




CATEGORIAS	TIPO DE RENDIMENTOS	DEDUÇÕES
<b>A</b>	<p><b>Trabalho dependente</b> (1A) (1B) (2) (10)</p> <p><a href="#">Art.º 2.º do CIRS</a></p>	<p>1. a) <b>€ 4.104,00.</b> b) <b>€ 4.275,00</b> desde que a diferença para o limite referido em a) resulte de quotizações para ordens profissionais; OU c) <b>a totalidade</b> das contribuições obrigatórias para regimes de proteção social quando exceda qualquer daqueles limites.</p> <p>2. Quotizações sindicais, com o limite de 1% do rendimento bruto. <sup>(3)</sup></p> <p>3. Indemnizações pagas pelo trabalhador, por rescisão unilateral do contrato individual de trabalho.</p>
<b>B</b>	<p><b>Empresariais/ Profissionais</b> (1B) (2) (10)</p> <p><a href="#">Art.ºs 3.º e 4.º do CIRS</a></p>	<p>Rendimentos determinados com base nas regras do regime simplificado ou da contabilidade.</p>
<b>E</b>	<p><b>Capitais</b></p> <p><a href="#">Art.º 5.º do CIRS</a></p>	<p>50% dos lucros ou dividendos pagos por pessoa coletiva residente em Portugal ou na EU ou no EEE, quando englobados.</p>
<b>F</b>	<p><b>Prediais</b> quando o contribuinte não tenha optado pela tributação na categoria B.</p> <p><a href="#">Art.º 8.º do CIRS</a></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Todos os gastos documentalmente comprovados, efetivamente suportados e pagos, com exceção dos gastos de natureza financeira, dos relativos a depreciações e dos relativos a mobiliário, eletrodomésticos e artigos de conforto ou decoração;</li> <li>• O Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e o Imposto do Selo, bem como o Adicional ao IMI, pagos no ano, documentalmente comprovados, quando respeitem a prédio ou parte de prédio cujo rendimento seja objeto de tributação nesse ano;</li> <li>• Os gastos suportados e pagos nos 24 meses anteriores ao início do arrendamento, documentalmente comprovados e relativos a obras de conservação e manutenção do prédio, desde que, entretanto, o imóvel não tenha sido utilizado para outro fim (apenas para gastos suportados após 1 de janeiro de 2015).</li> </ul>




CATEGORIAS	TIPO DE RENDIMENTOS	DEDUÇÕES
G	<p><b>Incrementos patrimoniais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Mais-valias</li> <li>• Indemnizações</li> <li>• Assunção de obrigações de não concorrência</li> </ul> <p><a href="#">Art.ºs 9.º e 10.º do CIRS</a></p>	<p>Mais-valias:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os encargos com a valorização dos bens, comprovadamente realizados nos últimos 12 anos e as despesas necessárias e efetivamente praticadas, inerentes à aquisição e alienação, bem como a indemnização comprovadamente paga pela renúncia onerosa a posições contratuais ou outros direitos inerentes a contratos relativos a esses bens, nas situações de alienação onerosa de direitos reais sobre bens imóveis e afetação de quaisquer bens do património particular a atividade empresarial e profissional exercida em nome individual pelo proprietário;</li> <li>• As despesas necessárias e efetivamente praticadas, inerentes à aquisição e alienação, nas situações de alienação onerosa de partes sociais e de outros valores mobiliários e de alienação onerosa da propriedade intelectual ou industrial ou de experiência adquirida no setor comercial, industrial ou científico, quando o transmitente não seja o seu titular originário;</li> <li>• Os encargos e despesas relativos a imóveis que tenham beneficiado de apoio não reembolsável, concedido pelo Estado ou outras entidades públicas para a aquisição, construção, reconstrução ou realização de obras de conservação de valor superior a 30 % do valor patrimonial tributário do imóvel para efeitos de IMI e sejam vendidos antes de decorridos 10 anos sobre a data da sua aquisição, da assinatura da declaração comprovativa da receção da obra ou do pagamento da última despesa relativa ao apoio público não reembolsável que, nos termos legais ou regulamentares, não estejam sujeitos a ónus ou regimes especiais que limitem ou condicionem a respetiva alienação, apenas na parte que exceda o valor do apoio não reembolsável recebido.</li> </ul>
H	<p><b>Pensões</b> <sup>(2)</sup></p> <p><a href="#">Art.º 11.º do CIRS</a></p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. <b>€ 4.104,00.</b></li> <li>2. Quotizações sindicais, com o limite de 1% do rendimento bruto. <sup>(3)</sup></li> <li>3. As contribuições obrigatórias para regimes de proteção social e para subsistemas legais de saúde, na parte que exceda <b>€ 4.104,00.</b></li> </ol>





DEDUÇÕES À COLETA	NÃO CASADOS	CASADOS	
		TRIBUTAÇÃO SEPARADA (um sujeito passivo)	TRIBUTAÇÃO CONJUNTA (dois sujeitos passivos)
<b>DEDUÇÕES FIXAS / PESSOALIZANTES</b>			
 <p><b>Dependentes ou ascendentes</b></p> <p><a href="#">Art.º 78.º-A do CIRS</a></p>	Por dependente com mais de 3 anos de idade € <b>600,00</b> . <sup>(6)</sup>	Por dependente com mais de 3 anos de idade € <b>300,00</b> . <sup>(6)</sup>	Por dependente com mais de 3 anos de idade € <b>600,00</b> . <sup>(6)</sup>
	Por dependente com idade inferior ou igual a 3 anos € <b>726,00</b> . <sup>(6)</sup>	Por dependente com idade inferior ou igual a 3 anos € <b>363,00</b> . <sup>(6)</sup>	Por dependente com idade inferior ou igual a 3 anos € <b>726,00</b> . <sup>(6)</sup>
	Por cada dependente com idade inferior ou igual a 3 anos, para o segundo dependente e seguintes, independentemente da idade do primeiro € <b>900,00</b> . <sup>(6) (13)</sup>	Por cada dependente com idade inferior ou igual a 3 anos, para o segundo dependente e seguintes, independentemente da idade do primeiro € <b>450,00</b> . <sup>(6) (13)</sup>	Por cada dependente com idade inferior ou igual a 3 anos, para o segundo dependente e seguintes, independentemente da idade do primeiro € <b>900,00</b> . <sup>(6) (13)</sup>
	Por cada ascendente a viver em comunhão de habitação, desde que não aufera rendimento superior à pensão mínima do regime geral € <b>525,00</b> .	Por cada ascendente a viver em comunhão de habitação, desde que não aufera rendimento superior à pensão mínima do regime geral € <b>262,50</b> .	Por cada ascendente a viver em comunhão de habitação, desde que não aufera rendimento superior à pensão mínima do regime geral € <b>525,00</b> .
	Se for apenas um ascendente a viver em comunhão de habitação, desde que não aufera rendimento superior à pensão mínima do regime geral € <b>635,00</b> .	Se for apenas um ascendente a viver em comunhão de habitação, desde que não aufera rendimento superior à pensão mínima do regime geral € <b>317,50</b> .	Se for apenas um ascendente a viver em comunhão de habitação, desde que não aufera rendimento superior à pensão mínima do regime geral € <b>635,00</b> .



DEDUÇÕES À COLETA	NÃO CASADOS	CASADOS		
		TRIBUTAÇÃO SEPARADA (um sujeito passivo)	TRIBUTAÇÃO CONJUNTA (dois sujeitos passivos)	
<b>DEDUÇÕES FIXAS / PESSOALIZANTES</b>				
 <p>Sujeito passivo, dependente ou ascendente com grau de <b>incapacidade permanente igual ou superior a 60%</b>, comprovada através de atestado médico de incapacidade multiuso.</p> <p><a href="#">(Art.º 87.º do CIRS)</a></p>	<p>Por sujeito passivo deficiente € <b>1.900,00</b>.</p> <p>Por sujeito passivo deficiente das Forças Armadas € <b>2.375,00</b>.</p> <p>Por dependente deficiente € <b>1.187,50</b>.<sup>(5)</sup></p> <p>Acresce por sujeito passivo ou por dependente deficiente com grau de incapacidade igual ou superior a 90% (despesas de acompanhamento) € <b>1.900,00</b>.<sup>(5)</sup></p> <p>Por ascendente deficiente € <b>1.187,50</b>.</p>	<p>Por sujeito passivo deficiente € <b>1.900,00</b>.</p> <p>Por sujeito passivo deficiente das Forças Armadas € <b>2.375,00</b>.</p> <p>Por dependente deficiente € <b>593,75</b>.<sup>(5)</sup></p> <p>Acresce ao sujeito passivo deficiente com grau de incapacidade igual ou superior a 90% (despesas de acompanhamento) € <b>1.900,00</b>.</p> <p>Acresce por dependente deficiente com grau de incapacidade igual ou superior a 90% (despesas de acompanhamento) € <b>950,00</b>.<sup>(5)</sup></p> <p>Por ascendente deficiente € <b>593,75</b>.</p>	<p>Por sujeito passivo deficiente € <b>1.900,00</b>.</p> <p>Por sujeito passivo deficiente das Forças Armadas € <b>2.375,00</b>.</p> <p>Por dependente deficiente € <b>1.187,50</b>.<sup>(5)</sup></p> <p>Acresce por sujeito passivo ou por dependente deficiente com grau de incapacidade igual ou superior a 90% (despesas de acompanhamento) € <b>1.900,00</b>.<sup>(5)</sup></p> <p>Por ascendente deficiente € <b>1.187,50</b>.</p>	
	<b>DEDUÇÃO DE CALCULO AUTOMÁTICO PELA AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA</b>			
	 <p><b>Despesas gerais familiares</b><sup>(5)</sup></p> <p><a href="#">(Art.º 78.º-B do CIRS)</a></p>	<p>35% do valor suportado com o limite global de € <b>250,00</b>.</p> <p>45% do valor suportado por qualquer membro do agregado familiar com o limite global de € <b>335,00</b>, nas famílias monoparentais.</p>	<p>35% das despesas de que o sujeito passivo seja titular acrescida de 17,5% das despesas de que sejam titulares os dependentes que integram o agregado com o limite global de € <b>250,00</b>.</p>	<p>35% do valor suportado por qualquer membro do agregado familiar com o limite global de € <b>250,00</b> para cada sujeito passivo, ou seja, € <b>500,00</b>.</p>

DEDUÇÕES À COLETA	NÃO CASADOS	CASADOS	
		TRIBUTAÇÃO SEPARADA (um sujeito passivo)	TRIBUTAÇÃO CONJUNTA (dois sujeitos passivos)
<b>DEDUÇÃO DE CALCULO AUTOMÁTICO PELA AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA (CONT.)</b>			
 <p><b>Despesas de saúde / Seguros de saúde</b> <sup>(5) (7)</sup>  (Art.º 78.º-C do CIRS)</p>	15% do valor suportado por qualquer membro do agregado familiar com o limite global de € 1.000,00.	15% das despesas de que o sujeito passivo seja titular acrescida de 7,5% das despesas de que sejam titulares os dependentes que integram o agregado com o limite global de € 500,00.	15% do valor suportado por qualquer membro do agregado familiar com o limite global de € 1.000,00.
 <p><b>Despesas de formação e educação</b> <sup>(5) (7) (11)</sup>  (Art.º 78.º-D do CIRS)</p>	30% do valor suportado por qualquer membro do agregado familiar com o limite global de € 800,00, podendo ir até aos € 1.000,00 se a diferença for relativa a rendas de arrendamento a estudante deslocado, com o limite máximo dedutível de € 300,00.	30% das despesas de que o sujeito passivo seja titular acrescida de 15% das despesas de que sejam titulares os dependentes que integram o agregado com o limite global de € 400,00, podendo ir até aos € 500,00 se a diferença for relativa a rendas de arrendamento a estudante deslocado com o limite máximo dedutível de € 150,00.	30% do valor suportado por qualquer membro do agregado familiar com o limite global de € 800,00, podendo ir até aos € 1.000,00 se a diferença for relativa a rendas de arrendamento a estudante deslocado, com o limite máximo dedutível de € 300,00.
 <p><b>Rendas de habitação permanente</b> pagas ao abrigo do RAU ou do NRAU ou com contratos de direito real de habitação duradoura no ano em que tais importâncias sejam tributáveis como rendimento do proprietário <sup>(7) (8) (12)</sup> ou <b>Juros de dívidas com aquisição de habitação permanente ou rendas</b> de locação financeira, por contratos celebrados até 31.12.2011 <sup>(7) (8)</sup>  (Art.º 78.º-E do CIRS)</p>	15% do valor suportado por qualquer membro do agregado familiar com o limite global de € 502,00.  15% do valor suportado por qualquer membro do agregado familiar com o limite global de € 296,00.	15% das despesas de que o sujeito passivo seja titular acrescida de 7,5% das despesas de que sejam titulares os dependentes que integram o agregado com o limite global de € 251,00.  15% das despesas de que o sujeito passivo seja titular acrescida de 7,5% das despesas de que sejam titulares os dependentes que integram o agregado com o limite global de € 148,00.	15% do valor suportado por qualquer membro do agregado familiar com o limite global de € 502,00.  15% do valor suportado por qualquer membro do agregado familiar com o limite global de € 296,00.

DEDUÇÕES À COLETA	NÃO CASADOS	CASADOS	
		TRIBUTAÇÃO SEPARADA (um sujeito passivo)	TRIBUTAÇÃO CONJUNTA (dois sujeitos passivos)
<b>DEDUÇÃO DE CALCULO AUTOMÁTICO PELA AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA (CONT.)</b>			
 <p><b>IVA</b> suportado em faturas que titulem prestações de serviços de: manutenção e reparação de veículos automóveis e de motociclos; alojamento, restauração e similares; salões de cabeleireiro e institutos de beleza; atividades veterinárias; e, aquisição de passes mensais para utilização de transportes públicos coletivos. <sup>(5) (7)</sup></p> <p>(Art.º 78.º-F do CIRS)</p>	<p>15% do IVA suportado nas faturas por qualquer membro do agregado familiar, exceto quanto aos passes em que a dedução corresponde a 100% do IVA suportado, com o limite global de <b>€ 250,00</b>.</p>	<p>15% do IVA suportado nas faturas de que o sujeito passivo seja titular acrescida de 7,5% das despesas de que sejam titulares os dependentes que integram o agregado, (exceto quanto aos passes em que as deduções correspondem a 100% e a 50%, respetivamente, do IVA suportado), com o limite global de <b>€ 125,00</b>.</p>	<p>15% do IVA suportado nas faturas por qualquer membro do agregado familiar, exceto quanto aos passes em que a dedução corresponde a 100% do IVA suportado, com o limite global de <b>€ 250,00</b>.</p>
 <p><b>Encargos com lares,</b> apoio domiciliário e instituições de apoio à 3.ª idade. <sup>(5) (7)</sup></p> <p>(Art.º 84.º do CIRS)</p>	<p>25% do valor suportado com o limite global de <b>€ 403,75</b>.</p>	<p>25% do valor suportado com o limite global de <b>€ 201,88</b>.</p>	<p>25% do valor suportado com o limite global de <b>€ 403,75</b>.</p>
<b>DEDUÇÕES INSCRITAS PELO CONTRIBUINTE NO ANEXO H DA MODELO 3</b>			
 <p><b>Pensões de alimentos</b> a que o sujeito passivo esteja obrigado por sentença judicial ou acordo homologado nos termos da lei civil, salvo nos casos em que o seu beneficiário faça parte do mesmo agregado familiar ou relativamente ao qual estejam previstas outras deduções à coleta ao abrigo do art.º 78.º do CIRS <sup>(7)</sup></p> <p>(Art.º 83.º-A do CIRS)</p>	<p>20% das importâncias comprovadamente suportadas e não reembolsadas.</p>	<p>20% das importâncias comprovadamente suportadas e não reembolsadas.</p>	<p>20% das importâncias comprovadamente suportadas por sujeito passivo e não reembolsadas.</p>

DEDUÇÕES À COLETA	NÃO CASADOS	CASADOS	
		TRIBUTAÇÃO SEPARADA (um sujeito passivo)	TRIBUTAÇÃO CONJUNTA (dois sujeitos passivos)
<b>DEDUÇÕES INSCRITAS PELO CONTRIBUINTE NO ANEXO H DA MODELO 3 (CONT.)</b>			
 <p><b>Despesas de educação e reabilitação</b> do sujeito passivo e seus dependentes deficientes. <sup>(5)</sup>  (Art.º 87.º do CIRS)</p>	30% das importâncias despendidas.	30% das importâncias despendidas, no caso de sujeito passivo deficiente.  15% das importâncias despendidas, no caso de dependentes deficientes.	30% das importâncias despendidas.
 <p><b>Prémios de seguros de vida ou contribuições para associações mutualistas</b> pagas por pessoas com deficiência fiscalmente relevante. <sup>(5) (9)</sup>  (Art.º 87.º do CIRS)</p>	25% das importâncias despendidas com o limite de 15% da coleta do IRS.	25% das importâncias despendidas, no caso de sujeito passivo deficiente, acrescido de 12,5% das importâncias despendidas, no caso de dependentes deficientes, com o limite de 15% da coleta do IRS.	25% das importâncias despendidas com o limite de 15% da coleta do IRS.
 <p>Encargos suportados pelo proprietário relacionados com a <b>recuperação ou com ações de reabilitação de imóveis</b>: - Localizados em áreas de reabilitação urbana, ou - Arrendados passíveis de atualização ao abrigo do NRAU. <sup>(5) (7)</sup> (Art.º 71 n.º 4 do EBF)</p>	30% dos encargos suportados, pelo proprietário, com o limite de <b>€ 500,00</b> .	30% dos encargos suportados pelo proprietário, no caso de sujeito passivo, com o limite de <b>€ 500,00</b> .  15% dos encargos suportados pelo proprietário dependente com o limite de <b>€ 250,00</b> .	30% dos encargos suportados, pelo proprietário, com o limite de <b>€ 500,00</b> .
 <p><b>Regime público de capitalização</b> <sup>(7)</sup>  (Art.º 17.º do EBF)</p>	20% do valor aplicado com o limite de:  <b>€ 400,00</b> por sujeito passivo de idade inferior a 35 anos.  <b>€ 350,00</b> por sujeito passivo de idade superior a 35 anos.	20% do valor aplicado com o limite de:  <b>€ 400,00</b> por sujeito passivo de idade inferior a 35 anos.  <b>€ 350,00</b> por sujeito passivo de idade superior a 35 anos.	20% do valor aplicado com o limite de:  <b>€ 400,00</b> por sujeito passivo de idade inferior a 35 anos.  <b>€ 350,00</b> por sujeito passivo de idade superior a 35 anos.

DEDUÇÕES À COLETA	NÃO CASADOS	CASADOS	
		TRIBUTAÇÃO SEPARADA (um sujeito passivo)	TRIBUTAÇÃO CONJUNTA (dois sujeitos passivos)
<b>DEDUÇÃO DE CALCULO AUTOMÁTICO PELA AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA</b>			
<b>PPR - Inferior a 35 anos</b> <sup>(7)</sup>	20% do valor aplicado com o limite de € 400,00.	20% do valor aplicado com o limite de € 400,00.	20% do valor aplicado com o limite de € 400,00.
<b>PPR - De 35 a 50 anos</b> <sup>(7)</sup>	20% do valor aplicado com o limite de € 350,00.	20% do valor aplicado com o limite de € 350,00.	20% do valor aplicado com o limite de € 350,00.
<b>PPR - Superior a 50 anos</b> <sup>(7)</sup>	20% do valor aplicado com o limite de € 300,00.	20% do valor aplicado com o limite de € 300,00.	20% do valor aplicado com o limite de € 300,00.
<a href="#">(Art.º 21.º do EBF)</a>			

**Não são dedutíveis as importâncias relativas às aplicações efetuadas após a data da passagem à reforma**

<b>Donativos ao Estado em dinheiro</b> <sup>(5) (7)</sup>	25% das importâncias doadas pelos membros do agregado familiar.	25% das importâncias doadas pelo sujeito passivo, acrescido de 12,5% das importâncias doadas pelos dependentes do agregado familiar.	25% das importâncias doadas pelos membros do agregado familiar.
<b>Donativos em dinheiro a outras entidades</b> <sup>(5) (7)</sup>	25% das importâncias doadas pelos membros do agregado familiar, até ao limite de 15% da coleta.	25% das importâncias doadas pelo sujeito passivo, acrescido de 12,5% das importâncias doadas pelos dependentes do agregado familiar, até ao limite de 15% da coleta.	25% das importâncias doadas pelos membros do agregado familiar, até ao limite de 15% da coleta.
<a href="#">(Art.º 63.º do EBF)</a>			

**TAXAS (ART. 68.º DO CIRS)**  
**TABELA PRÁTICA**

RENDIMENTO COLETÁVEL (euros)	TAXAS	
	Normal A	Parcela a abater (Euros)
Até 7 112	14,50%	---
De mais de 7 112 até 10 732	23,00%	604,52
De mais de 10 732 até 20 322	28,50%	1 194,79
De mais de 20 322 até 25 075	35,00%	2 515,66
De mais a 25 075 até 36 967	37,00%	3 017,27
De mais a 36 967 até 80 882	45,00%	5 974,61
Superior a 80 882	48,00%	8 401,21

**TAXA ADICIONAL DE SOLIDARIEDADE**  
**(ART. 68.º-A DO CIRS)**

Rendimento coletável (Euros)	Taxa (%)
De mais de 80 000 até 250 000	2,5%
Superior a 250 000	5%



**NOTAS**

(1A) Trabalho dependente “IRS Jovem”: são parcialmente isentos de tributação os rendimentos auferidos por sujeitos passivos entre os 18 e os 26 anos de idade (não podem ser dependentes), nos primeiros 3 anos de obtenção do rendimento após a conclusão de ciclo de estudos igual ou superior ao nível 4 do Quadro Nacional de Qualificações, e que reúnam as restantes condições previstas do [art.º 2.º-B do Código do IRS](#) – IRS Jovem.

(1B) São excluídos de tributação, até ao limite anual global de 5 vezes o valor do IAS (€ 2.194,05), os rendimentos da categoria A (de contrato de trabalho) e os rendimentos da Categoria B (de prestações de serviços), incluindo atos isolados, obtidos por estudantes considerado dependente a frequentar estabelecimento de ensino integrado no sistema nacional de educação ou reconhecidos como tendo fins análogos pelos ministérios competentes.

(2) Os rendimentos brutos da categoria H auferidos por contribuintes com deficiência (com um grau de incapacidade igual ou superior a 60%) são considerados, para efeitos de IRS, em apenas 90% do seu valor. Os das categorias A e B são considerados, para efeitos de IRS, em apenas 85% do seu valor. Em qualquer dos casos, a parte excluída de tributação não pode exceder, por cada uma delas, € 2.500.

(3) As majorações são aplicáveis automaticamente na liquidação.

(4) Na tributação separada dos sujeitos passivos casados ou unidos de facto as deduções à coleta que sejam determinadas por referência ao agregado familiar ou aos dependentes e ascendentes são reduzidas para metade.

(5) Os limites são reduzidos para 50% nos casos em que, por divórcio, separação judicial de pessoas e bens, declaração de nulidade ou de anulação de casamento, as responsabilidades parentais relativas aos filhos são exercidas em comum por ambos os sujeitos passivos que não integrem o mesmo agregado familiar, ou, se diferente, para a percentagem de despesas estabelecida no Acordo de Regulação das Responsabilidades Parentais desde que validamente comunicada no portal das finanças até 15 de fevereiro (prorrogado para dia 19 de fevereiro - Despacho n.º 43/2021-XXII do SEAAF, de 15 de fevereiro).

(6) A idade do dependente é aferida a 31 de dezembro de 2020.

Quando em Acordo de Regulação das Responsabilidades Parentais esteja estabelecido o exercício em comum dessas responsabilidades e a residência alternada do menor, e que seja validamente comunicada no portal das finanças até 15 de fevereiro, a dedução por dependente, em regra, é de € 300 para cada sujeito passivo com a responsabilidade parental.

No caso do dependente ter idade inferior ou igual a 3 anos aquela dedução é de € 363 para cada um daqueles sujeitos passivos.

Para o segundo dependente e seguintes do respetivo agregado familiar, independentemente da idade do primeiro, por dependente com idade inferior ou igual a 3 anos (com Acordo de Regulação das Responsabilidades Parentais e comunicação válida da residência alternada à AT), a dedução é de € 450 para cada um dos sujeitos passivos que reúnam estas condições.

(7) A soma das deduções à coleta relativas a despesas de saúde e com seguros de saúde, despesas de educação e formação, encargos com imóveis, importâncias respeitantes a pensões de alimentos, exigência de fatura, encargos com lares e benefícios fiscais, não pode exceder, por agregado familiar, e, no caso de tributação conjunta, após aplicação do divisor 2, os seguintes limites:

- Para contribuintes que tenham um rendimento coletável igual ou inferior a € 7.112 – SEM LIMITE;
- Para contribuintes que tenham um rendimento coletável superior a € 7.112 e igual ou inferior a € 80.882, o limite resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$€ 1.000 + [(€ 2.500 - € 1.000) \times [(€ 80.882 - \text{Rendimento Coletável}) \div (€ 80.882 - € 7.112)]]$$

- Para contribuintes que tenham um rendimento coletável superior a € 80.882, o montante de € 1.000;
- Nos agregados com 3 ou mais dependentes a cargo, os limites são majorados em 5% por cada dependente ou afilhado civil que não seja sujeito passivo do IRS.

(8) O limite da dedução à coleta para rendas de habitação é elevado para os seguintes montantes:

15 | 16

- Para contribuintes que tenham um rendimento coletável igual ou inferior a € 7.112, o montante de € 800,00;
- Para contribuintes que tenham um rendimento coletável superior a € 7.112 e igual ou inferior a € 30.000 o limite resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$€ 502 + [(€ 800 - € 502) \times [(€ 30.000 - \text{Rendimento Coletável}) \div (€ 30.000 - € 7.112)]]$$

O limite da dedução à coleta para juros de dívidas ou rendas de locação financeira é elevado para os seguintes montantes:

- Para contribuintes que tenham um rendimento coletável igual ou inferior a € 7.112, o montante de € 450;
- Para contribuintes que tenham um rendimento coletável superior a € 7.112 e igual ou inferior a € 30.000, o limite resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$€ 296 + [(€ 450 - € 296) \times [(€ 30.000 - \text{Rendimento Coletável}) \div (€ 30.000 - € 7.112)]]$$

(9) No caso de contribuições pagas para reforma por velhice o limite é de € 65,00 para não casados e casados (tributação separada), e de € 130 para casados (tributação conjunta).

(10) São excluídos de tributação 50% dos rendimentos auferidos por sujeitos passivos considerados fiscalmente residentes a partir de 2019 ou de 2020, e reúnam as restantes condições previstas do [art.º 12.º-A do Código do IRS](#) – Programa Regressar.

(11) No caso de estudantes que frequentem estabelecimentos de ensino situados em território do Interior identificado na [Portaria n.º 208/2017, de 13/07](#), ou em estabelecimentos de ensino situados nas Regiões Autónomas, é aplicável uma majoração de 10 pontos percentuais ao valor suportado a título de despesas de educação e formação, sendo o limite global estabelecido no [n.º 1 do art.º 78.º-D do Código do IRS](#) elevado para € 1.000 quando a diferença seja relativa a estas despesas ([n.º 7 do artigo 41.º-B do EBF](#)).

(12) O limite da dedução de encargos com imóveis a título de renda para fins de habitação permanente, previsto no n.º 1 do artigo 78.º-E do Código do IRS, passa a ser de € 1.000 durante três anos, sendo o primeiro o da celebração do contrato, no caso de os encargos resultarem da transferência da residência permanente para um Território do Interior identificado na [Portaria n.º 208/2017, de 13/07 \(n.º 8 do artigo 41.º-B do EBF\)](#).

(13) Exemplos de dedução por dependente:

Dedução por dependente	Dedução geral (art. 78º-A, n.º 1 CIRS)	Majoração dependente com idade = ou < 3 anos (art. 78º, n.º 2 CIRS)	Majoração (OE/20) 2.º dependente e seguintes com idade = ou < 3 anos (art. 78º, n.º 3 CIRS)	Total dedução dependentes
Caso 1 – casal 1 dependente (2 anos)	€ 600	€ 126	-	€ 726
Caso 2 – casal 2 dependentes (5 e 2 anos)	€ 600 + € 600	-	€ 300	€ 1.500
Caso 3 – casal 3 dependentes (6, 2, 1 ano)	€ 600 + € 600 + € 600	-	€ 300 + € 300	€ 2.400
Caso 4 – casal 3 dependentes (3, 2 e 1 ano)	€ 600 + € 600 + € 600	€ 126	€ 300 + € 300	€ 2.526



#### PARA MAIS INFORMAÇÕES

Consulte no [portal das finanças \(www.portaldasfinancas.gov.pt\)](http://www.portaldasfinancas.gov.pt):

- Os [folhetos informativos](#);
- As [Questões Frequentes \(FAQ\) sobre o IRS](#);
- A página [Tax System in Portugal](#).

#### CONTACTE:

- O [Centro de Atendimento Telefónico \(CAT\)](#) através do n.º 217 206 707, todos os dias úteis das 9H00 às 19H00;
- O serviço de atendimento eletrónico [e-balcão](#) no portal das finanças;
- Um [Serviço de Finanças \(atendimento por marcação\)](#).